



Ação Popular

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Rubens Marcos Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

De acordo com pesquisas realizadas sobre Ação Popular, cabe descrever que no Brasil, a referida ação é uma garantia constitucional, conforme previsão do art. 5º, inciso LXXIII, a Ação Popular é um direito garantido a qualquer cidadão, desde que exerça o direito de votar e ser votado, sendo uma participação direta ao Estado Democrático, espera-se que a ação possa chamar a atenção dos tribunais, para que juguem, determinada causa, sem que seja esperado benefício próprio, sendo proposta por cidadão de boa-fé, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

Objetivo

Conforme disposto no inciso LXXIII do Art. 5º CF, a natureza da Ação Popular é o ato lesivo ao patrimônio público, moralidade administrativa, meio ambiente e patrimônios históricos e culturais, sendo possível o ingresso da ação somente nestes casos.

Material e Métodos

Segundo a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro: "Ação popular é a ação civil pela qual qualquer cidadão pode pleitear a invalidação de atos praticados pelo Poder Público ou entidades de que participe, lesivos ao patrimônio público, ao meio ambiente, à moralidade administrativa ou ao patrimônio histórico e cultural, bem como a condenação por perdas e danos dos responsáveis pela lesão" (Direito administrativo. 7. ed., 1996, p. 525). De acordo com a doutrina: "Na defesa do patrimônio público, que não é apenas o econômico, mas também o artístico, o estético, o histórico, o turístico e o paisagístico, cabe a suspensão liminar do ato impugnado" (GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 17. ed., v. III, 2005, p. 325).

Resultados e Discussão

Cabe registrar que a referida pesquisa, dentro do contexto do Art. 5º, inciso LXXIII da CF, visa a participação do cidadão de boa-fé a garantia dos seus direitos, aproximando assim a população aos tribunais, inserindo no âmbito de uma democracia. Sabe-se que o cidadão não pode dar início a uma Ação Popular buscando lucro para si próprio, deve ser uma ação de boa-fé, visando benefícios para população e não para seu próprio proveito, acrescenta-se ainda que no Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a



segurança e a propriedade, essa garantia é fundamental para que os cidadãos cobrem das autoridades o cumprimento de seus direitos.

Conclusão

Conclui-se que o tema da Ação Popular é um marco histórico da democracia, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade.

Referências

- 1-<https://www.projuris.com.br/blog/acao-popular-conceito-e-hipoteses-na-constituicao/>
- 2-<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acao-popular-conceito-finalidade-objeto-legitimacao-e-competencia/468473092>
- 3-<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/acao-popular-2013-supostos-para-a-proposicao#:~:text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20popular%20C3%A9%20uma,2>
- 4-Direito administrativo. 7. ed., 1996, p. 525
- 5-GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 17. ed., v. III, 2005, p. 325
- 6- SILVA, José Afonso da, Curso de Direito Constitucional Positivo. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 462

3^a MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera